

[Home](#) > [Governança de Dados](#) > [Conecta gov.br](#) > [Termos de Uso e de Política de Privacidade](#) > [Termo de Uso e Política de Privacidade - Versão 1.1 \(28/10/2021\)](#)

Termo de Uso e Política de Privacidade - Versão 1.1 (28/10/2021)

Publicado em 05/11/2021 10h00 Atualizado em 09/11/2021 09h36

Compartilhe: [f](#) [t](#) [l](#)



TERMO DE USO E POLÍTICA DE PRIVACIDADE

Versão 1.1

Brasília, 28 de outubro de 2021

Quais informações estão presentes neste documento?

Neste Termo de Uso, o usuário do serviço Conecta gov.br encontrará informações sobre: o funcionamento do serviço e as regras aplicáveis a ele; o arcabouço legal relacionado à prestação do serviço; as responsabilidades do usuário ao utilizar o serviço; as responsabilidades da administração pública ao prover o serviço; informações para contato, caso exista alguma dúvida ou seja necessário atualizar informações; e o foro responsável por eventuais reclamações caso questões deste Termo de Uso tenham sido violadas.

Além disso, na Política de Privacidade, o usuário do serviço Conecta gov.br encontrará informações sobre: qual o tratamento dos dados pessoais realizados, de forma automatizada ou não, e a sua finalidade; os dados pessoais dos usuários necessários para a prestação do serviço; a forma como eles são coletados; se há o compartilhamento de dados com terceiros; e quais as medidas de segurança implementadas para proteger os dados.

Aceitação do Termo de Uso e Política de Privacidade

Nós usamos cookies para melhorar sua experiência de navegação no portal. Ao utilizar o gov.br, você concorda com a política de monitoramento de cookies. Para ter mais informações sobre como isso é feito, acesse [Política de cookies](#). Se você concorda, clique em ACEITO.

ACEITO

Dado pessoal: informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável.

Titular: pessoa natural a quem se referem os dados pessoais que são objeto de tratamento.

Controlador: pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais.

Operador: pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador.

Encarregado: pessoa indicada pelo controlador e operador para atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).



Agentes de tratamento: o controlador e o operador.

Tratamento: toda operação realizada com dados pessoais, como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração.

Uso compartilhado de dados: comunicação, difusão, transferência internacional, interconexão de dados pessoais ou tratamento compartilhado de bancos de dados pessoais por órgãos e entidades públicos no cumprimento de suas competências legais, ou entre esses e entes privados, reciprocamente, com autorização específica, para uma ou mais modalidades de tratamento permitidas por esses entes públicos, ou entes privados.

Autoridade Nacional de Proteção de Dados: órgão da administração pública responsável por zelar, implementar e fiscalizar o cumprimento desta Lei em todo o território nacional.

Agente público: Todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nos órgãos e entidades da Administração Pública, direta e indireta.

Agentes de Estado: inclui órgãos e entidades da Administração pública além dos seus agentes públicos.

Nós usamos cookies para melhorar sua experiência de navegação no portal. Ao utilizar o gov.br, você concorda com a política de monitoramento de cookies. Para ter mais informações sobre como isso é feito, acesse [Política de cookies](#). Se você concorda, clique em ACEITO.

ACEITO

Usuários (ou "Usuário", quando individualmente considerado): todas as pessoas naturais que utilizarem o serviço Conecta gov.br.

Interoperabilidade: é a capacidade de um sistema se comunicar de forma transparente, ou o mais próximo disso, com outro sistema.

Plataforma de Interoperabilidade: conjunto de ambientes e ferramentas tecnológicas, com acesso controlado, para o compartilhamento de dados da administração pública federal entre órgãos e entidades da administração pública.

Plataforma de Interoperabilidade Conecta gov.br: plataforma de interoperabilidade provida pela Secretaria de Governo Digital para os órgãos e entidades da administração direta, autárquica e fundacional e demais órgãos aderentes ao Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP, composto pelos seguintes módulos: Catálogo de API, Administração do Catálogo de API, Gerenciador de API e Administração do Gerenciador de API.



Módulo Catálogo de API: página web de acesso público que contém informações sobre as API disponíveis para uso pelo governo federal.

Módulo Administração do Catálogo de API: sistema que administra os dados do Catálogo de API.

Módulo Gerenciador de API: ferramenta que gerencia a comunicação entre o sistema receptor de dados e o sistema cedente de dados;

Módulo Administração do Gerenciador de API: sistema que administra as informações do gerenciador de API.

Descrição do serviço

O Conecta gov.br é uma iniciativa da Secretaria de Governo Digital do Ministério da Economia para os órgãos e entidades da administração direta, autárquica e fundacional e demais órgãos aderentes ao Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP. Este sistema tem como funcionalidade promover a troca automática e segura de informações entre os sistemas, conhecida como interoperabilidade, para que o cidadão não tenha que reapresentar informações que o governo já detenha

Nós usamos cookies para melhorar sua experiência de navegação no portal. Ao utilizar o gov.br, você concorda com a política de monitoramento de cookies. Para ter mais informações sobre como isso é feito, acesse [Política de cookies](#). Se você concorda, clique em ACEITO.

ACEITO

Art. 5º, VI – controlador: pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais;

Para o serviço Conecta gov.br, as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais são de responsabilidade do Coordenador-geral de Plataforma de Dados e Informações da Secretaria de Governo Digital.

As operações de tratamento de dados pessoais são realizadas no âmbito do Controlador.

Endereço: SEPN 516, Lt. 8, Bl. D Brasília, DF.

E-mail: conecta@economia.gov.br.

Telefone: (61) 2020-2405.



Quem é o responsável por atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (Encarregado)?

A Lei Geral de Proteção de Dados define como encarregado, em seu artigo 5º:

Art. 5º, VIII – pessoa indicada pelo controlador e operador para atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

O atual encarregado de proteção dos dados do Ministério da Economia, responsável por atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados, para o serviço Conecta e demais serviços é a profissional Marta Juvina de Medeiros.

E-mail: encarregado@economia.gov.br.

Correspondência: Ministério da Economia. Esplanada dos Ministérios, Bloco P, 4º andar, sala 425. CEP 70.048-900. Brasília/DF.

Informações para contato - Qual o contato pelo qual o usuário do serviço pode tirar suas dúvidas ou corrigir algum dado pessoal inconsistente?

Nós usamos cookies para melhorar sua experiência de navegação no portal. Ao utilizar o gov.br, você concorda com a política de monitoramento de cookies. Para ter mais informações sobre como isso é feito, acesse [Política de cookies](#). Se você concorda, clique em ACEITO.

ACEITO

-Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 - Lei de Acesso à Informação – Regula o acesso a informações previsto na Constituição Federal.

-Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017 - Dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública.

-Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.

-Lei nº 13.444, de 11 de maio de 2017 - Dispõe sobre a Identificação Civil Nacional (ICN).

-Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012 - Regulamenta a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação), que dispõe sobre o acesso a informações previsto na Constituição

-Decreto nº 10.046, de 09 de outubro de 2019 - Dispõe sobre a governança no compartilhamento de dados no âmbito da administração pública federal e institui o Cadastro Base do Cidadão e o Comitê Central de Governança de Dados.

Lei 13.726/2018 de 08 de Outubro de 2018 - Racionaliza atos e procedimentos administrativos dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e institui o Selo de Desburocratização e Simplificação.

Decreto 9.094 de 17 de Julho de 2017 - Regulamenta dispositivos da Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, dispõe sobre a simplificação do atendimento prestado aos usuários dos serviços públicos, institui o Cadastro de Pessoas Físicas - CPF como instrumento suficiente e substitutivo para a apresentação de dados do cidadão no exercício de obrigações e direitos e na obtenção de benefícios, ratifica a dispensa do reconhecimento de firma e da autenticação em documentos produzidos no País e institui a Carta de Serviços ao Usuário

Lei 14.129/2021 de 29 de Março de 2021 - Princípios, regras e instrumentos para o Governo Digital

Lei 13.460/2017 de 26 de Junho de 2017 - Defesa dos Direitos dos Usuários do Serviço Público

Decreto 8.936/2016 de 19 de Dezembro de 2016 – Institui a Plataforma de Cidadania Digital:



Nós usamos cookies para melhorar sua experiência de navegação no portal. Ao utilizar o gov.br, você concorda com a política de monitoramento de cookies. Para ter mais informações sobre como isso é feito, acesse [Política de cookies](#). Se você concorda, clique em ACEITO.

ACEITO

direito de acessar os seus dados pessoais.

- **Direito de retificação (Art. 18, III):** é o direito de solicitar a correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados.

- **Direito à limitação do tratamento dos dados (Art. 18, IV):** é o direito do usuário de limitar o tratamento de seus dados pessoais, podendo exigir a eliminação de dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com o disposto na Lei Geral de Proteção de Dados.

- **Direito de oposição (Art. 18, § 2º):** é o direito do usuário de, a qualquer momento, se opor ao tratamento de dados por motivos relacionados com a sua situação particular, com fundamento em uma das hipóteses de dispensa de consentimento ou em caso de descumprimento ao disposto na Lei Geral de Proteção de Dados.

- **Direito de portabilidade dos dados (Art. 18, V):** é o direito do usuário de realizar a portabilidade dos dados a outro fornecedor de serviço ou produto, mediante requisição expressa, de acordo com a regulamentação da autoridade nacional, observados os segredos comercial e industrial.

- **Direito de não ser submetido a decisões automatizadas (Art. 20, LGPD):** o titular dos dados tem direito a solicitar a revisão de decisões tomadas unicamente com base em tratamento automatizado de dados pessoais que afetem seus interesses, incluídas as decisões destinadas a definir o seu perfil pessoal, profissional, de consumo e de crédito ou os aspectos de sua personalidade.



Quais são as obrigações dos usuários que utilizam o serviço?

O usuário se responsabiliza pela precisão e veracidade dos dados informados e reconhece que a inconsistência destes poderá implicar a impossibilidade de se utilizar o serviço Conecta gov.br.

Durante a utilização do serviço, a fim de resguardar e de proteger os direitos de terceiros, o usuário se compromete a fornecer somente seus dados pessoais, e não os de terceiros.

O login e senha só poderão ser utilizados pelo usuário cadastrado. Ele se compromete em manter o sigilo da senha, que é pessoal e intransferível, não sendo possível, em qualquer hipótese, a alegação de uso indevido, após o ato de compartilhamento.

Nós usamos cookies para melhorar sua experiência de navegação no portal. Ao utilizar o gov.br, você concorda com a política de monitoramento de cookies. Para ter mais informações sobre como isso é feito, acesse [Política de cookies](#). Se você concorda, clique em ACEITO.

ACEITO

O Órgão não poderá ser responsabilizado pelos seguintes fatos:

- a. Equipamento infectado ou invadido por atacantes;
- b. Equipamento avariado no momento do consumo de serviços;
- c. Proteção do computador;
- d. Proteção das informações baseadas nos computadores dos usuários;
- e. Abuso de uso dos computadores dos usuários;
- f. Monitoração clandestina do computador dos usuários;
- g. Vulnerabilidades ou instabilidades existentes nos sistemas dos usuários;
- h. Perímetro inseguro;



Em nenhuma hipótese, a Administração Pública Federal será responsável pela instalação no equipamento do Usuário ou de terceiros, de códigos maliciosos (vírus, trojans, malware, worm, bot, backdoor, spyware, rootkit, ou de quaisquer outros que venham a ser criados), em decorrência da navegação na Internet pelo Usuário.

Quais são as responsabilidades da administração pública com meus dados?

A Administração Pública se compromete a cumprir todas as legislações inerentes ao uso correto dos dados pessoais do cidadão de forma a preservar a privacidade dos dados utilizados no serviço, bem como a garantir todos os direitos e garantias legais dos titulares dos dados. Ela também se obriga a promover, independentemente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas. É de responsabilidade da Administração Pública implementar controles de segurança para proteção dos dados pessoais dos titulares.

A Administração Pública poderá, quanto às ordens judiciais de pedido das informações, compartilhar informações necessárias para investigações ou tomar medidas relacionadas a atividades ilegais, suspeitas

Nós usamos cookies para melhorar sua experiência de navegação no portal. Ao utilizar o gov.br, você concorda com a política de monitoramento de cookies. Para ter mais informações sobre como isso é feito, acesse [Política de cookies](#). Se você concorda, clique em ACEITO.

ACEITO

Dados Pessoais).

Esta Política de Privacidade poderá ser atualizada em decorrência de eventual atualização normativa, razão pela qual se convida o usuário a consultar periodicamente esta seção.

O site se compromete a cumprir as normas previstas na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), e respeitar os princípios dispostos no Art. 6º:

I - **finalidade**: realização do tratamento para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular, sem possibilidade de tratamento posterior de forma incompatível com essas finalidades;

II - **adequação**: compatibilidade do tratamento com as finalidades informadas ao titular, de acordo com o contexto do tratamento;

III - **necessidade**: limitação do tratamento ao mínimo necessário para a realização de suas finalidades, com abrangência dos dados pertinentes, proporcionais e não excessivos em relação às finalidades do tratamento de dados;

IV - **livre acesso**: garantia, aos titulares, de consulta facilitada e gratuita sobre a forma e a duração do tratamento, bem como sobre a integralidade de seus dados pessoais;

V - **qualidade dos dados**: garantia, aos titulares, de exatidão, clareza, relevância e atualização dos dados, de acordo com a necessidade e para o cumprimento da finalidade de seu tratamento;

VI - **transparência**: garantia, aos titulares, de informações claras, precisas e facilmente acessíveis sobre a realização do tratamento e os respectivos agentes de tratamento, observados os segredos comercial e industrial;

VII - **segurança**: utilização de medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão;

VIII - **prevenção**: adoção de medidas para prevenir a ocorrência de danos em virtude do tratamento de dados pessoais;

IX - **não discriminação**: impossibilidade de realização do tratamento para fins discriminatórios ilícitos ou abusivos;



Nós usamos cookies para melhorar sua experiência de navegação no portal. Ao utilizar o gov.br, você concorda com a política de monitoramento de cookies. Para ter mais informações sobre como isso é feito, acesse [Política de cookies](#). Se você concorda, clique em ACEITO.

ACEITO

Módulo Catálogo de API

No catálogo de API, pode haver dados pessoais quando os contatos indicados de uma API são pessoas físicas. Nesse caso, o Catálogo informa:

- Nome de contato;
- Telefone de contato;
- Email de contato;



Módulo Administração do Catálogo de API

No módulo de Administração do Catálogo de API serão solicitados do usuário para login na aplicação os dados:

- Número de inscrição no CPF;
- Nome completo;
- Email de contato;

Módulo Gerenciador de API

No módulo Gerenciador de API os dados serão fornecidos e consumidos conforme a API utilizada e também serão armazenados dados do usuário **solicitante** nos logs da aplicação. *(Acréscimo dado pela versão 1.1 de 28/10/2021)*

Dados das API

Os dados disponibilizados nas APIs estão listados no módulo catálogo de API disponível em <https://www.gov.br/conecta/catalogo/> e não são armazenados pelo Conecta em atenção ao princípio

Nós usamos cookies para melhorar sua experiência de navegação no portal. Ao utilizar o gov.br, você concorda com a política de monitoramento de cookies. Para ter mais informações sobre como isso é feito, acesse [Política de cookies](#). Se você concorda, clique em ACEITO.

ACEITO

-Timestamp (momento da transação)

-Credencial de acesso

-Órgão

-Aplicação

-Api utilizada

-Hash do conteúdo da resposta a requisição as APIs, para posterior validação da integridade do conteúdo trafegado. *(Acréscimo dado pela versão 1.1 de 28/10/2021)*



Módulo Administração do Gerenciador de API

No módulo de Administração do Gerenciador de API serão solicitados do usuário os dados pessoais indicados a seguir para cadastro e/ou login na aplicação.

-Número de inscrição no CPF

-Nome completo

-Data de nascimento

-Endereço de e-mail

-Endereço

-Número de telefone

-RG

-Registro de acesso

-Matrícula SIAPE (Sistema Integrado de Administração de Pessoal do Poder Executivo Federal)

Nós usamos cookies para melhorar sua experiência de navegação no portal. Ao utilizar o gov.br, você concorda com a política de monitoramento de cookies. Para ter mais informações sobre como isso é feito, acesse [Política de cookies](#). Se você concorda, clique em ACEITO.

ACEITO

-Telefone de contato: informado pelo órgão responsável pela API no momento da catalogação;

-Email de contato: informado pelo órgão responsável pela API no momento da catalogação;

Módulo Administração do Catálogo de API

Na administração do Catálogo de API os dados são coletados da seguinte maneira:

-Número de inscrição no CPF: informado pelo usuário no momento do cadastramento;

-Nome de contato: informado pelo usuário no momento do cadastramento;

-Email de contato: informado pelo usuário no momento do cadastramento;



Módulo Gerenciador de API

No Gerenciador de API os dados são coletados da seguinte maneira:

-Dados das API: coletado pelo sistema receptor de dados quando envia uma requisição e recebe a resposta do sistema cedente de dados.

-Dados do log da comunicação: coletado automaticamente pelo Conecta gov.br quando há uma comunicação entre o receptor de dados e o cedente de dados.

Módulo Administração do Gerenciador de API

Na Administração do Gerenciador de API os dados são coletados da seguinte maneira:

-Número de inscrição no CPF: para um usuário ser cadastrado no módulo de administração do gerenciador de API de Interoperabilidade, o órgão da administração pública deve enviar um ofício de adesão à Secretaria de Governo Digital, informando o CPF do responsável pelo acesso.

-Nome completo: Ofício de adesão

Nós usamos cookies para melhorar sua experiência de navegação no portal. Ao utilizar o gov.br, você concorda com a política de monitoramento de cookies. Para ter mais informações sobre como isso é feito, acesse [Política de cookies](#). Se você concorda, clique em ACEITO.

ACEITO

repassada pelo órgão por email

-Número de telefone : Ofício de adesão

-RG : Se o usuário é servidor público, o email é obtido de maneira automática por meio de integração do Conecta gov.br com o sistema SIAPE. Se o usuário não é servidor público, a informação é repassada pelo órgão por email

-Registro de acesso : o registro de acesso é coletado automaticamente todas as vezes que o usuário efetua login no sistema ou realiza alguma alteração nos dados.

-Matrícula SIAPE : Ofício de adesão



Para que fim utilizamos seus dados?

Módulo Catálogo de API

No catálogo de API, pode haver dado pessoal quando os contatos indicados de uma API são pessoas físicas. Nesse caso, os dados são coletados para as seguintes finalidades:

- Nome do contato: identificar o contato para tratar sobre a API;
- Telefone de contato: permitir a comunicação com a pessoa indicada;
- Email de contato: permitir a comunicação com a pessoa indicada;

Módulo Administração do Catálogo de API

- Número de inscrição no CPF: O dado é necessário para identificar o usuário
- Nome de contato: O dado é necessário para identificar o usuário
- Email de contato: O dado é necessário para comunicação com o usuário, troca de senhas e recuperação da conta.

Nós usamos cookies para melhorar sua experiência de navegação no portal. Ao utilizar o gov.br, você concorda com a política de monitoramento de cookies. Para ter mais informações sobre como isso é feito, acesse [Política de cookies](#) . Se você concorda, clique em ACEITO.

ACEITO

-Dados do log da comunicação: o dado é necessário para auditoria de acesso aos dados, em cumprimento ao art. 37 da Lei Geral de Proteção de Dados;

Módulo Administração do Gerenciador de API

- Número de inscrição no CPF: O dado é necessário para identificação do usuário
- Nome completo: O dado é necessário para identificação do usuário
- Data de nascimento: O dado é necessário para identificação do usuário
- Endereço de e-mail: O dado é necessário para manter comunicação com o usuário.
- Endereço: O dado é necessário para manter comunicação com o usuário
- Número de telefone: O dado é necessário para manter comunicação com o usuário.
- RG: O dado é necessário para identificação do usuário
- Registro de acesso: O dado é necessário auditoria de acesso.
- Matrícula SIAPE: O dado é necessário para identificação do usuário



Qual o tratamento realizado com os dados pessoais?

Módulo Catálogo de API

No catálogo de API, pode haver dado pessoal quando os contatos indicados de uma API são pessoas físicas. Nesse caso, os dados são tratados da seguinte maneira:

- Nome: ARMAZENAMENTO e DISTRIBUIÇÃO;
- Telefone de contato: ARMAZENAMENTO e DISTRIBUIÇÃO;
- Email de contato: ARMAZENAMENTO e DISTRIBUIÇÃO;

Nós usamos cookies para melhorar sua experiência de navegação no portal. Ao utilizar o gov.br, você concorda com a política de monitoramento de cookies. Para ter mais informações sobre como isso é feito, acesse [Política de cookies](#). Se você concorda, clique em ACEITO.

ACEITO

-Email de contato: ARMAZENAMENTO e UTILIZAÇÃO;

Módulo Gerenciador de API

-Dados das API: ARMAZENAMENTO E TRANSFERÊNCIA;

-Dados do log da comunicação: ARMAZENAMENTO E AUDITORIA;

Módulo Administração do Gerenciador de API

-Nome completo: ARMAZENAMENTO e UTILIZAÇÃO;

-Data de nascimento: ARMAZENAMENTO e UTILIZAÇÃO;

-Número de inscrição no CPF: ARMAZENAMENTO e UTILIZAÇÃO;

-Endereço de e-mail: ARMAZENAMENTO e UTILIZAÇÃO;

-Endereço: ARMAZENAMENTO e UTILIZAÇÃO;

-Número de telefone: ARMAZENAMENTO e UTILIZAÇÃO;

-RG: ARMAZENAMENTO e UTILIZAÇÃO;

-Registro de acesso: ARMAZENAMENTO e UTILIZAÇÃO;

-Matrícula SIAPE: ARMAZENAMENTO e UTILIZAÇÃO;



Os dados pessoais utilizados no serviço são compartilhados?

Os dados pessoais do usuário não são compartilhados com terceiros em nenhuma hipótese.

Nós usamos cookies para melhorar sua experiência de navegação no portal. Ao utilizar o gov.br, você concorda com a política de monitoramento de cookies. Para ter mais informações sobre como isso é feito, acesse [Política de cookies](#). Se você concorda, clique em ACEITO.

ACEITO

riscos para os direitos e liberdades do usuário.

O site utiliza criptografia para que os dados sejam transmitidos de forma segura e confidencial, de maneira que a transmissão dos dados entre o servidor e o usuário, e em retroalimentação, ocorra de maneira totalmente cifrada ou encriptada.

No entanto, o site se exime de responsabilidades por culpa exclusiva de terceiro, como em caso de ataque de hackers ou crackers, ou culpa exclusiva do usuário, como no caso em que ele mesmo transfere seus dados a terceiro. O serviço Conecta gov.br se compromete, ainda, a comunicar o usuário em prazo adequado caso ocorra algum tipo de violação da segurança de seus dados pessoais que possa lhe causar um alto risco para seus direitos e liberdades pessoais.

A violação de dados pessoais é uma violação de segurança que provoque, de modo acidental ou ilícito, a destruição, a perda, a alteração, a divulgação ou o acesso não autorizado a dados pessoais transmitidos e conservados ou sujeitos a qualquer outro tipo de tratamento.



Por fim, o site se compromete a tratar os dados pessoais do usuário com confidencialidade, dentro dos limites legais.

O serviço Conecta gov.br utiliza cookies?

Cookies são pequenos arquivos de texto enviados pelo site ao computador do usuário e que nele ficam armazenados, com informações relacionadas à navegação do site.

Por meio dos cookies, pequenas quantidades de informação são armazenadas pelo navegador do usuário para que nosso servidor possa lê-las posteriormente. Podem ser armazenados, por exemplo, dados sobre o dispositivo utilizado pelo usuário, bem como seu local e horário de acesso ao site.

É importante ressaltar que nem todo cookie contém dados pessoais do usuário, já que determinados tipos de cookies podem ser utilizados somente para que o serviço funcione corretamente.

As informações eventualmente armazenadas em cookies também são consideradas dados pessoais e todas as regras previstas nesta Política de Privacidade também são aplicáveis a eles.

O serviço Conecta gov.br não utiliza cookies próprios.

Nós usamos cookies para melhorar sua experiência de navegação no portal. Ao utilizar o gov.br, você concorda com a política de monitoramento de cookies. Para ter mais informações sobre como isso é feito, acesse [Política de cookies](#). Se você concorda, clique em ACEITO.

ACEITO

Utilizamos estes cookies para guardar informações da sessão do usuário e para controle de estatísticas de acesso.

Este Termo de Uso ou a Política de Privacidade podem ser alterados?

A presente versão deste Termo de Uso e Política de Privacidade foi atualizada pela última vez em: 28/06/2021.

O editor se reserva o direito de modificar, a qualquer momento, o site das presentes normas, especialmente para adaptá-las às evoluções do serviço Conecta gov.br, seja pela disponibilização de novas funcionalidades, seja pela supressão ou modificação daquelas já existentes.



Qualquer alteração e/ou atualização destes Termos de Uso e Política de Privacidade passará a vigorar a partir da data de sua publicação no sítio do serviço e deverá ser integralmente observada pelos Usuários.

Qual o foro aplicável caso o usuário queira realizar alguma reclamação?

Este Termo será regido pela legislação brasileira. Qualquer reclamação ou controvérsia com base neste Termo será dirimida na Justiça Federal, seção judiciária do domicílio do usuário.

Sem prejuízo de qualquer outra via de recurso administrativo ou judicial, todos os titulares de dados têm direito a apresentar reclamação à Autoridade Nacional de Proteção de Dados, com base no art. 18, parágrafo único, da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD).

Compartilhe:   

Nós usamos cookies para melhorar sua experiência de navegação no portal. Ao utilizar o gov.br, você concorda com a política de monitoramento de cookies. Para ter mais informações sobre como isso é feito, acesse [Política de cookies](#). Se você concorda, clique em ACEITO.

ACEITO